

14/02/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 110.475 SANTA CATARINA

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
IMPTE.(S)	: DAISY CRISTINE NEITZKE HEUER
PACTE.(S)	: PABLO LUIZ MALKIEWIEZ
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA

PENAL. HABEAS CORPUS. ARTIGO 28 DA LEI 11.343/2006. PORTE ILEGAL DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE. ÍNFIMA QUANTIDADE. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE. WRIT CONCEDIDO.

1. A aplicação do princípio da insignificância, de modo a tornar a conduta atípica, exige sejam preenchidos, de forma concomitante, os seguintes requisitos: (i) mínima ofensividade da conduta do agente; (ii) nenhuma periculosidade social da ação; (iii) reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e (iv) relativa inexpressividade da lesão jurídica.

2. O sistema jurídico há de considerar a relevantíssima circunstância de que a privação da liberdade e a restrição de direitos do indivíduo somente se justificam quando estritamente necessárias à própria proteção das pessoas, da sociedade e de outros bens jurídicos que lhes sejam essenciais, notadamente naqueles casos em que os valores penalmente tutelados se exponham a dano, efetivo ou potencial, impregnado de significativa lesividade. O direito penal não se deve ocupar de condutas que produzam resultado cujo desvalor - por não importar em lesão significativa a bens jurídicos relevantes - não represente, por isso mesmo, prejuízo importante, seja ao titular do bem jurídico tutelado, seja à integridade da própria ordem social.

3. Ordem concedida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da

HC 110.475 / SC

Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em conceder a ordem de **habeas corpus**, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

MINISTRO DIAS TOFFOLI

Relator

14/02/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 110.475 SANTA CATARINA

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
IMPTE.(S)	: DAISY CRISTINE NEITZKE HEUER
PACTE.(S)	: PABLO LUIZ MALKIEWIEZ
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Habeas corpus, sem pedido de liminar, impetrado pela advogada Daisy Cristine Neitzke Heuer em favor de Pablo Luiz Malkiewiez, buscando ver declarada extinta a punibilidade do paciente pelos fatos que lhe são imputados na Ação Penal nº 008.06.006996-9, da 3ª Vara Criminal da Comarca de Blumenau/SC, em razão de atipicidade da conduta.

Aponta como autoridade coatora a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que denegou a ordem no HC nº 168.049/SC impetrado àquela Corte, Relator o Ministro **Gilson Dipp**.

A impetrante sustenta, em síntese, o constrangimento ilegal imposto ao paciente, uma vez que ele foi condenado, por sentença de 12/2/09, à pena de três (3) meses e quinze (15) dias de prestação de serviços à comunidade, pela prática de porte de entorpecente (art. 28, **caput**, da Lei nº 11.343/06), decisão essa que foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Impetrado **habeas corpus** ao Superior Tribunal de Justiça, visando ao reconhecimento da atipicidade da conduta, em vista de sua insignificância, foi a ordem denegada.

Requer a impetrante a concessão da ordem e a extinção da ação penal, em razão da atipicidade material da conduta, determinada pela aplicação do princípio da insignificância.

Em 27/9/11, não havendo pedido de liminar a ser apreciado e estando os autos devidamente instruídos com as peças necessárias à perfeita compreensão da controvérsia, dispensei as informações da

HC 110.475 / SC

autoridade coatora.

O Ministério Público Federal, pelo parecer do ilustre Subprocurador-Geral da República Dr. **Mario José Gisi**, opinou pela concessão da ordem.

É o relatório.

14/02/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 110.475 SANTA CATARINA

VOTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Conforme relatado, o presente **habeas corpus** volta-se contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, o qual denegou a ordem no HC nº 168.049/SC interposto àquela Corte, da relatoria do Ministro **Gilson Dipp**. Tem como objetivo a extinção da ação penal instaurada contra o paciente, em razão da atipicidade material da conduta, determinada pela aplicação do princípio da insignificância.

Eis a ementa daquela decisão:

“PENAL. **HABEAS CORPUS** SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. IMPETRAÇÃO QUE DEVE SER COMPREENDIDA DENTRO DOS LIMITES RECURSAIS. ACÓRDÃO TRANSITADO EM JULGADO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. ORDEM NÃO CONHECIDA.

I. Conquanto o uso do **habeas corpus** em substituição aos recursos cabíveis - ou incidentalmente como salvaguarda de possíveis liberdades em perigo, crescentemente fora de sua inspiração originária - tenha sido muito alargado pelos Tribunais, há certos limites a serem respeitados, em homenagem à própria Constituição, devendo a impetração ser compreendida dentro dos limites da racionalidade recursal preexistente e coexistente para que não se perca a razão lógica e sistemática dos recursos ordinários, e mesmo dos excepcionais, por uma irrefletida banalização e vulgarização do **habeas corpus**.

II. Na hipótese, o acórdão transitou em julgado e o impetrante não se insurgiu quanto à eventual ofensa aos dispositivos da legislação federal em sede de recurso especial, preferindo a utilização do **writ**, em substituição aos recursos

HC 110.475 / SC

ordinariamente previstos no ordenamento jurídico.

III. A análise do pedido de aplicação ao caso do Princípio da Insignificância demanda, em princípio, o revolvimento do conjunto fático-probatório, inviável na via do **habeas corpus**.

IV. Ordem não conhecida” (www.stj.jus.br).

Em relação ao pedido de aplicação do princípio da insignificância formulado pela defesa, penso que o mesmo merece acolhida.

Ao fazê-lo, tenho para mim - na linha das decisões proferidas em causas análogas à que ora se examina (HC nº 94.809/RS, Segunda Turma, rel. Min. **Celso de Mello**, DJe 24/10/98; 91.074/SP, Segunda Turma, rel. Min. **Joaquim Barbosa**, DJe 19/12/98; HC nº 101.759/MG, Segunda Turma, rel. Min. **Celso de Mello**, DJe 27/08/10), ressaltando que no presente caso não se cuida de hipótese de posse de entorpecente no interior de instituição castrense, em que, por maioria o Plenário desta Corte entendeu incabível a aplicação do postulado da insignificância (HC nº 103.684/DF, da relatoria do Min. **Ayres Britto**, DJe 05/11/10) - que assiste razão à parte ora impetrante quanto à tese de aplicabilidade ao crime de porte e guarda de substância entorpecente (Lei nº 6.368/76, art. 16, atualmente art. 28 da Lei nº 11.343/06) do postulado da insignificância, o qual tem o condão de descaracterizar a tipicidade penal do fato em referência, analisada em sua perspectiva material.

Como bem sustentado pelo ilustre Subprocurador-Geral da República Dr. **Mario José Gisi**, em seu parecer (anexo de instrução), na hipótese em exame, que versa sobre o porte de 0,6 gramas do entorpecente vulgarmente denominado “maconha”, penso que é o caso de reconhecimento da hipótese de 'crime de bagatela'.

Tenho por aplicável, desse modo, ao caso, o princípio da insignificância, cuja utilização tem sido admitida pelo Supremo Tribunal Federal:

“O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA QUALIFICA-SE COMO FATOR DE DESCARACTERIZAÇÃO MATERIAL DA TIPICIDADE PENAL.

HC 110.475 / SC

- O princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. Doutrina.

Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público.

O POSTULADO DA INSIGNIFICÂNCIA E A FUNÇÃO DO DIREITO PENAL: 'DE MINIMIS, NON CURAT PRAETOR'.

- O sistema jurídico há de considerar a relevantíssima circunstância de que a privação da liberdade e a restrição de direitos do indivíduo somente se justificam quando estritamente necessárias à própria proteção das pessoas, da sociedade e de outros bens jurídicos que lhes sejam essenciais, notadamente naqueles casos em que os valores penalmente tutelados se exponham a dano, efetivo ou potencial, impregnado de significativa lesividade.

O direito penal não se deve ocupar de condutas que produzam resultado cujo desvalor - por não importar em lesão significativa a bens jurídicos relevantes - não represente, por isso mesmo, prejuízo importante, seja ao titular do bem jurídico tutelado, seja à integridade da própria ordem social. "(HC nº 84.687/MS, Segunda Turma, Rel. Min. **Celso de Mello**, DJ de 27/10/06).

Cumpre assinalar, neste ponto, que esse entendimento encontra suporte em expressivo magistério doutrinário expendido na análise do tema em referência (GOMES, Luiz Flávio. Delito de Bagatela: princípios

HC 110.475 / SC

da insignificância e da irrelevância penal do fato. **In:** Revista dos Tribunais, v. 789/439-456; TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios Básicos de Direito Penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 133/134, item nº 131; BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código Penal Comentado**. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 6, item nº 9; JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal - Parte Geral**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 1/10, item nº 11, *h*; LOPES, Maurício Antonio Ribeiro. **Princípio da Insignificância no Direito Penal**. 2. ed. São Paulo: RT, 2002. p. 113/118, item nº 8.2, **v.g.**).

Revela-se significativa a lição de Edilson Mougenot Bonfim e de Fernando Capez (**Direito Penal - Parte Geral**. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 121/122, item nº 2.1,) a propósito da matéria em questão:

“Na verdade, o princípio da bagatela ou da insignificância (...) não tem previsão legal no direito brasileiro (...), sendo considerado, contudo, princípio auxiliar de determinação da tipicidade, sob a ótica da objetividade jurídica. Funda-se no brocardo civil 'minimis non curat praetor' e na conveniência da política criminal. Se a finalidade do tipo penal é tutelar um bem jurídico quando a lesão, de tão insignificante, torna-se imperceptível, não será possível proceder a seu enquadramento típico, por absoluta falta de correspondência entre o fato narrado na lei e o comportamento iníquo realizado. É que, no tipo, somente estão descritos os comportamentos capazes de ofender o interesse tutelado pela norma. Por essa razão, os danos de nenhuma monta devem ser considerados atípicos. A tipicidade penal está a reclamar ofensa de certa gravidade exercida sobre os bens jurídicos, pois nem sempre ofensa mínima a um bem ou interesse juridicamente protegido é capaz de se incluir no requerimento reclamado pela tipicidade penal, o qual exige ofensa de alguma magnitude a esse mesmo bem jurídico.”

Na realidade, considerados, de um lado, o princípio da intervenção penal mínima do Estado (que tem por destinatário o próprio legislador) e, de outro, o postulado da insignificância (que se dirige ao magistrado,

HC 110.475 / SC

enquanto aplicador da lei penal ao caso concreto), na precisa lição do eminente Professor René Ariel Dotti (**Curso de Direito Penal** - Parte Geral. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. p. 68, item nº 51), cumpre reconhecer que o direito penal não se deve ocupar de condutas que produzam resultado cujo desvalor - por não importar em lesão significativa a bens jurídicos relevantes - não represente, por isso mesmo, prejuízo importante, seja ao titular do bem jurídico tutelado, seja à integridade da própria ordem social.

Sabe-se que a configuração da atipicidade, que permite o trancamento da persecução penal em face da aplicação do princípio da insignificância, tem lugar quando é possível verificar, no tocante à conduta perpetrada pelo agente, uma ofensividade mínima, quando a ação, apesar de encontrar tipificação no ordenamento jurídico pátrio, além de não representar periculosidade social, também revelar grau de reprovabilidade irrelevante, a par da ofensa levada a efeito não implicar lesão expressiva ao bem jurídico penalmente tutelado. Em tais circunstâncias, permite-se o reconhecimento do crime de bagatela, o qual é desprovido de caráter penal de maior relevância.

Relativamente ao usuário de substância entorpecente, o tema ainda suscita discussões quanto à aplicação da tese de bagatela. O fato é que, com acertos e desacertos, a legislação penal especial avançou significativamente no trato da questão, não mais permitindo a imposição de pena privativa de liberdade.

Atualmente, a Lei nº 11.343/06 prevê tratamento diferenciado ao usuário, de molde a possibilitar a sua recuperação, assim dispondo em seu art. 28:

“Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

- I- advertência sobre os efeitos das drogas;
- II- prestação de serviços à comunidade;
- III- medida educativa de comparecimento a programa ou

HC 110.475 / SC

curso educativo.”

Nesse contexto, a conduta tida por criminosa, para além da adequação típica formal do revogado art. 16 da Lei nº 6.368/76, merece, nos dias atuais, acurado exame à luz da garantia da dignidade da pessoa humana, que impõe uma atuação seletiva, subsidiária e fragmentária do Direito Penal, conferindo-se, desse modo, maior relevância à proteção de valores tidos como indispensáveis à ordem social, a exemplo da vida, da liberdade e da propriedade, quando efetivamente ofendidos (tipicidade material).

Assim, há que se averiguar a tipicidade material da conduta tida por criminosa, pois *“crime não é apenas aquilo que o legislador diz sê-lo (conceito formal), uma vez que nenhuma conduta pode, materialmente, ser considerada criminosa se, de algum modo, não colocar em perigo valores fundamentais da sociedade”*. (CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal** – parte geral. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 1, p. 8).

O princípio da insignificância, como destacado pelo eminente Ministro **Celso de Mello** por ocasião do julgamento do HC nº 94.809/RS (Segunda Turma, DJe de 24/10/08), deve ser analisado em correlação com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal, no sentido de excluir ou afastar a própria tipicidade penal, examinada em seu caráter material, observando-se, ainda, a presença de certos vetores, como (a) mínima ofensividade da conduta, (b) nenhuma periculosidade social da ação, (c) reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento incriminado e (d) inexpressividade da lesão jurídica provocada.

Por último, destaco trecho da judiciosa manifestação do ilustre membro do **Parquet, in verbis**:

“Com razão a impetrante quanto à tese de aplicabilidade, ao delito previsto no art. 28 da Lei 11.343/06, do princípio da insignificância.

Como se sabe, o princípio da insignificância está estritamente ligado à ideia de que a apreensão penal da

HC 110.475 / SC

conduta deve constituir tutela de última razão, somente se fazendo incidir em casos de ataques graves a bens jurídicos relevantes. É que não se pode admitir desproporcionalidade entre meios e fins diante dos ditames da Constituição Federal, que afirma a dignidade da pessoa humana em seu art. 1º, **caput**.

Por meio de sua aplicação, afasta-se a incidência do Direito Penal sobre comportamentos que, apesar de formalmente típicos, não apresentam relevância penal material. Nas palavras de Paulo de Souza Queiroz, 'por meio do princípio da insignificância (ou bagatela), o juiz, à vista da desproporção entre a ação (crime) e a reação (castigo), fará um juízo (valorativo) acerca da tipicidade material da conduta, recusando curso a comportamentos que, embora formalmente típicos (criminalizados), não o sejam materialmente, dada sua irrelevância' (QUEIROZ, Paulo de Souza. Direito Penal. Introdução crítica. São Paulo: Saraiva, 2001).

Desse modo, observa-se que o princípio da insignificância jurídica é característica de um direito penal minimamente democrático, resultando daí, conforme preciso ensinamento de Cezar Bitencourt, a necessidade de 'uma efetiva proporcionalidade entre a gravidade da conduta que se pretende punir e a drasticidade da intervenção estatal' (BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: Parte Geral 1. 11ª ed. atual. SP: Saraiva, 2007).

Isso posto, consoante dispõe a jurisprudência reiterada do Supremo Tribunal Federal, afere-se a incidência do princípio da bagatela pela presença de determinados elementos, quais sejam: a ofensividade mínima da conduta do agente, a ausência de periculosidade social da ação, o ínfimo grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica ocasionada. São observados, assim, os prejuízos causados pelo comportamento do agente, se de fato relevantes a ponto de atrair a tutela penal, de forma que a intervenção apenas venha a se materializar para prevenir ou reprimir condutas que, minimamente, provoquem lesão ao bem jurídico.

Assentados tais fundamentos, parece-nos não haver

HC 110.475 / SC

qualquer óbice à aplicação do postulado da insignificância ao tipo previsto no art. 28 da Lei de Drogas.

Com efeito, há grande controvérsia na jurisprudência brasileira acerca da aplicação do princípio da insignificância em casos de porte de ínfima quantidade de substância entorpecente para uso pessoal.

A corrente que não reconhece o postulado da insignificância nessas hipóteses, o faz com suporte no argumento de que, por se tratar de delito de perigo presumido ou abstrato, torna-se irrelevante a quantidade de droga apreendida em poder do agente. Nessa esteira, muitos julgados afirmam que o tipo previsto no artigo 28 da Lei de Drogas esgota-se simplesmente no fato de o agente trazer consigo, para uso próprio, qualquer substância entorpecente que possa causar dependência, sendo, portanto, irrelevante que a quantidade de droga não produza, concretamente, danos ao bem jurídico tutelado, no caso, a saúde pública ou do próprio indivíduo (RHC 22.372/ES, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2009, DJe 08/02/2010; AgRg no REsp 612.357/MG, 6.^a Turma, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJ de 19/06/2006; HC 32009/MG, 5.^a Turma, Rel. Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, DJ de 31/05/2004).

Tais argumentos, entretanto, não são capazes de afastar a possibilidade de aplicação do princípio em análise aos casos em que é apreendida, em posse do agente, ínfima quantidade de entorpecentes para uso próprio. Senão, vejamos.

Em primeiro lugar, é de se ver que o fato de o tipo descrito no artigo 28 da Lei 11.343/06 configurar um delito de perigo abstrato não pode impedir, absolutamente, a aplicação do postulado da insignificância. Isso porque, mesmo nesses casos, não se afasta a necessidade de aferição da lesividade da conduta, ou seja, se capaz ou não de atingir, concretamente, o bem jurídico resguardado pela norma.

É indispensável, pois, que se demonstre a aptidão da conduta em lesar o bem jurídico, não bastando que, pelo simples fato de figurar no rol de substâncias proibidas pela lei,

HC 110.475 / SC

se pressuponha, de forma absoluta, que qualquer quantidade de droga seja capaz de produzir danos à saúde pública.

A exigência de efetiva lesão ao objeto de proteção da norma decorre de uma conformação da atuação jurídico-penal aos princípios basilares de um Estado Democrático de Direito, tais como a subsidiariedade, fragmentariedade e intervenção mínima. De acordo com tais vetores, a atuação estatal apenas se legitima em situações excepcionais, vale dizer, quando efetivamente se mostre necessária a medida punitiva.

(...)

Numa teoria do delito fundada em garantias, a subsunção das condutas aos tipos não se dá de maneira avalorada e automática. Nem sempre a prática de uma conduta ilícita, civil ou administrativamente, poderá resultar em uma sanção penal, tudo a depender do grau de violação do bem jurídico atingido. Isso porque existem condutas que, a despeito de se encaixarem na formulação literal dos tipos, são socialmente suportáveis.

(...)

A apreensão penal da conduta, com efeito, deve constituir tutela de última razão, somente se fazendo incidir em casos de ataques graves a bens jurídicos relevantes. Não se pode admitir num Estado, cujo ordenamento constitucional tenha como núcleo a dignidade da pessoa humana, a desproporcionalidade entre meios e fins.

A esse respeito, dizem os ilustres professores Eugênio Raúl Zaffaroni e Nilo Batista:

[...] convém repudiar a ideia de bem jurídico tutelado, que não passa de uma inversão extensiva racionalizante do conceito limitador de bem jurídico afetado, proveniente do racionalismo, e só resta manter este último como expressão dogmática do princípio da lesividade, que requer também uma entidade mínima de afetação (por dano ou perigo), excluindo bagatelas ou afetações insignificantes. A presença de um bem jurídico alheio afetado permite reconhecer o conflito jurídico, pelo

HC 110.475 / SC

extravasamento do âmbito pessoal da liberdade moral e pela introdução de um outro – o que implica na consideração da alteridade como pressuposto geral da intervenção penal. Neste sentido, pode-se afirmar que o bem jurídico lesionado ou exposto a perigo representa o outro no conflito jurídico-penal, constitui o seu signo no recorte típico, cabendo comparecer o chamado princípio da insignificância, que exclui a tipicidade nos casos de ínfimas e irrisórias afetações do bem jurídico, como defecção da alteridade (ZAFFARONI, E. Raúl et al. *Direito Penal Brasileiro* – Vol. I. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 228).

No caso em tela, a conduta perpetrada pelo agente, a toda evidência, não representa ofensa ao bem jurídico tutelado pela norma incriminadora contida no art. 28 da Lei 11.343/06. Note-se que o fato narrado na denúncia, qual seja a apreensão, em posse do paciente, de 0,6 gramas de maconha para uso próprio, embora formalmente típico, não apresenta nenhuma relevância material, por absoluta incapacidade de produzir um resultado que gere qualquer ameaça à saúde do próprio agente ou à incolumidade pública.

Assim sendo, a lesividade da conduta não pode ser simplesmente desprezada nos delitos de perigo presumido, sob pena de se concretizar uma intervenção jurídico penal inócua, desnecessária e ofensiva aos instrumentos de proteção dos direitos e garantias fundamentais expressos na Constituição Federal.

Não há dúvida de que o Estado deva promover a proteção de bens jurídicos supraindividuais, tais como a saúde pública, mas não poderá fazê-lo em casos em que a intervenção seja de tal forma desproporcional, a ponto de incriminar uma conduta absolutamente incapaz de oferecer perigo ao próprio objeto material do tipo.

(...)

Identificados, pois, os vetores que autorizam o

HC 110.475 / SC

reconhecimento do princípio da insignificância, há de se reconhecer a atipicidade da conduta, com a consequente absolvição do paciente.”

Sendo assim, pelas razões expostas, **defiro** o pedido de **habeas corpus**, para determinar o trancamento do procedimento penal instaurado contra o ora paciente (Processo nº 008.06.006996-9, da 3ª Vara Criminal da Comarca de Blumenau/SC), invalidando todos os atos processuais desde a denúncia, inclusive, até a condenação imposta ao paciente, por ausência de tipicidade material da conduta que lhe foi imputada, considerando, para esse efeito, o princípio da insignificância.

É como voto.

14/02/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 110.475 SANTA CATARINA

VOTO

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Senhor Presidente, confesso que, não obstante a Lei 11.343/2006 continue a tipificar como crime a posse da droga para consumo próprio, aqui a circunstância que Vossa Excelência bem destaca é uma quantidade ínfima, 0,6% gramas, o que me leva a - como Vossa Excelência e na linha do parecer da Procuradoria - entender possível a aplicação do princípio da bagatela ou da insignificância.

Estou acompanhando Vossa Excelência.

14/02/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 110.475 SANTA CATARINA

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhor Presidente, esse fato me conduz a um pequeno mergulho no meu passado. Por isso é que a minha primeira atividade na magistratura foi o exercício da função judicante, na Comarca de Niterói. Recordo-me de que isso se deu nos idos de 1982: um jovem foi efetivamente preso com uma ínfima quantidade de maconha. Aquela audiência se passou realmente num ambiente extremamente dramático em que a família foi surpreendida com a atitude do jovem que era completamente contrária a todos os princípios em que ele fora educado. Enfim, aquela microtragédia familiar revelou que, às vezes, só o fato desse jovem primário, de bons antecedentes, ter respondido a esse processo, ter se submetido a uma audiência criminal, já deve ter-lhe servido de uma lição bastante exata.

Então, aqui, fazemos uma ponderação entre o crime e o castigo, a proporcionalidade disso. E confesso a Vossa Excelência que, não como tese jurídica para não gerar um estímulo, mas, que, no caso concreto, entendo que se deva aplicar esse entendimento ponderado de Vossa Excelência e conceder a ordem, enfim, para os fins que Vossa Excelência já se pronunciou.

14/02/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 110.475 SANTA CATARINA

VOTO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Presidente, neste caso, lendo, vou acompanhar Vossa Excelência. Eu não partilho nem um pouco - o que eu tenho visto e anotado, só com os jovens mesmos, nós sabemos, até nas nossas faculdades, o que o uso de uma droga pode fazer -, mas eu reconheço que, em um caso como este em que foi 0,6 gramas de maconha para uso próprio, o ônus disso pode ser muito maior.

Eu quero um dia ter a crença do Ministro Fux de achar que uma situação como esta é suficiente para servir de lição. A droga é vício - não quero plagiar muito mal um autor que diz que: a droga é uma droga e é só isso, e é mesmo -, o mal que está fazendo à sociedade: hoje os dois maiores problemas da humanidade talvez sejam droga e corrupção, que são duas drogas. Eu não acho que realmente o processo seja suficiente para dar um susto na pessoa e que ela pare, porque nós sabemos que é muito mais complexo do que isso.

Mas, de toda sorte, as consequências de uma apenação em monte que às vezes pode gerar mais conflitos, mais fragilidades para uma pessoa - que quem entra num vício, normalmente qualquer vício, já está fragilizada, porque, aprumadas na vida, as pessoas não entram em vício.

Então, por conta disso e dessas condições específicas - aqui como Vossa Excelência alertou está no parecer também, não haver outros dados que pudessem de alguma forma infirmar essa pessoa e que pode realmente ter neste processo mais um fator de desequilíbrio a gerar mais dependência - é que eu acompanho Vossa Excelência, especificamente por essas condições, porque eu ainda me permito pensar melhor sobre a aplicação desse princípio da insignificância, já que toda droga realmente, para mim, não pode ser considerada nem juridicamente tão

HC 110.475 / SC

insignificante, mas o comportamento que seria tipificado que me leva a acompanhar Vossa Excelência, neste caso especificamente.

É como voto.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 110.475

PROCED. : SANTA CATARINA

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

IMPTE.(S) : DAISY CRISTINE NEITZKE HEUER

PACTE.(S) : PABLO LUIZ MALKIEWIEZ

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma concedeu a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. 1ª Turma, 14.2.2012.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Carmen Lúcia, Luiz Fux e Rosa Weber.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Coordenadora